



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2025

PROVA OBJETIVA – (TARDE)

ANALISTA LEGISLATIVO - ANALISTA DE CONTROLE INTERNO EM FINANÇAS E CONTROLE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Leia com atenção o seguinte texto, retirado do Livro dos Erros, organizado por Mário Goulart:

“Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor. Quando foi buscar a obra no dia seguinte, Di tinha vendido. Chateaubriand escolheu então outro quadro”, Mulheres de Pescadores, que recebia as últimas pinceladas. Mas, dessa vez, precaveu-se: - Esse vai secar lá em casa.”

Assinale a afirmativa correta obre os nomes próprios empregados nesse pequeno texto.

- (A) Virginie Leite é identificada por sua profissão, jornalista, para dar mais credibilidade ao narrado.
- (B) Gilberto Chateaubriand não recebe inicialmente qualquer identificação, pois sua identidade é revelada na continuidade do texto.
- (C) A primeira menção do nome do pintor é feita da forma pela qual o artista é mais conhecido.
- (D) A segunda menção do nome do pintor foi reduzida a “Di”, forma inadequada em função da formalidade do texto.
- (E) Na segunda menção do nome do comprador, foi empregada a forma Chateaubriand, forma adequada, já que nomes de homens são sempre abreviados pelo sobrenome.

2

Observe este segmento:

“Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.”

Nesse trecho, aparece um galicismo, ou seja, uma palavra de origem francesa presente na língua portuguesa: atelier.

Entre as frases abaixo, aquela que mostra um galicismo com seu equivalente em língua portuguesa, corretamente indicado, é:

- (A) O cinema apresentava naquela semana a *avant-première* do filme mais moderno de Walt Disney. / primeira versão.
- (B) Como exigia a moda da época, o cavalheiro trazia em seus braços um bouquet de flores. / a caixa.
- (C) O cliente do restaurante sempre solicitava que retirassem do arroz o champignon. / a pimenta.
- (D) Os funcionários eram obrigados a usar crachat colocado em volta do pescoço. / cartaz.
- (E) Os restaurantes são obrigados a deixar um menu na porta de entrada para consulta dos clientes. / cardápio.

3

A coesão é uma das marcas da textualidade e pode ser construída por meio de diferentes processos.

Em todas as opções abaixo, há um termo sublinhado que é referido na continuidade do texto. A opção, em que o processo de coesão está corretamente identificado, é:

- (A) “Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.” / substituição por um pronome demonstrativo.
- (B) “Conta a jornalista Virginie Leite que Gilberto Chateaubriand comprou um quadro de Di Cavalcanti ainda fresco e o deixou secando no atelier do pintor.” / substituição por um termo sinônimo.
- (C) “Quando foi buscar a obra no dia seguinte, Di tinha vendido.” / omissão por elipse.
- (D) “Chateaubriand escolheu então outro quadro, Mulheres de Pescadores, que recebia as últimas pinceladas.” / substituição por pronome indefinido.
- (E) “Chateaubriand escolheu então outro quadro, Mulheres de Pescadores. Mas dessa vez, precaveu-se: - Esse vai secar lá em casa.” / substituição por advérbio.

4

O verbo *agradecer* é geralmente empregado com objeto direto de coisa e objeto indireto de pessoa.

Assinale a frase abaixo em que esse verbo mostra uma regência diferente dessa.

- (A) As pessoas agradeciam-lhe a simpatia e o obséquio.
- (B) Quando chegaram, os demais convidados agradeceram-lhes os elogios.
- (C) Ouvimos missa na catedral; ao levantar a Deus, agradecia a vida e a saúde de meu filho.
- (D) Os candidatos eleitos agradeceram aos eleitores todos os votos recebidos.
- (E) Os feirantes agradeceram os fregueses por todas as compras feitas.

5

A frase abaixo, retirada de obras machadianas, com maior número de adjetivos é:

- (A) “Carlos Maria achava os homens declamadores, grosseiros, cansativos, pesados, frívolos, chulos, triviais.” (Quincas Borba)
- (B) “Duas tristes luzes alumiam aquela pequena sala.” (Helena)
- (C) “As roupas eram rafadas; o chapéu velho que lhe cobria a cabeça tinha já uma cor inverossímil.” (Helena)
- (D) “Luís Garcia tinha o costume de guar tudo, cartas, exemplares de jornais em que havia alguma coisa de interesse, apontamentos, simples cópias.” (Iaiá Garcia)
- (E) Quincas Borba mal podia encobrir a satisfação do triunfo. Tinha uma asa de frango no prato e trincava-a com filosófica serenidade.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas)

6

A frase abaixo, retirada do romance *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, que mostra uma troca indevida entre *acidente* e *incidente*, é:

- (A) “Não procuravam as suas relações, nem ele as de ninguém, e, apesar das vaias e das repetidas pilhérias dos colegas, teria passado tranquilamente os primeiros dias da sua nova existência, se um incidente desagradável não o viesse perturbar.”
- (B) “Amavam-se brutalmente, e ambos sabiam disso. Esse amor irracional e empírico carregara-se muito mais, de parte a parte, com o trágico incidente da viagem, em que ele fora vítima.”
- (C) “Chegaram sem o menor incidente ao destino que levaram.”
- (D) “Coruja resignou-se, sem um gesto de contrariedade e não falou a ninguém sobre esse incidente, nem mesmo ao amigo.”
- (E) “E às quatro da tarde, sem nenhum outro incidente desagradável, voltavam à fazenda, trazendo consigo o tal Hipólito, que parecia embirrar com o Coruja ainda mais do que a própria noiva.”

7

Dentre as frases a seguir, retiradas do romance *O Coruja*, de Aluísio Azevedo, assinale aquela em que o acento grave indicativo da crase foi corretamente usado.

- (A) “... mas caiu logo em si, lembrando-se de que já se fazia tarde e naquele dia, distraído com a morte do amigo, descuidara-se da gente que tinha à sua conta.”
- (B) “Nunca fazia à ninguém interrogação de espécie alguma, e, certo dia perguntando-lhe o padre se ele o estimava, o menino sacudiu com a cabeça, negativamente.”
- (C) “Mas, no íntimo, abominava o pupilo; mil vezes preferia não o ter à seu lado; suportava-o, sabia Deus como! como quem suporta uma obrigação inevitável e aborrecida.”
- (D) “E cada vez detestava mais o pequeno; afinal era já um ódio violento, uma antipatia especial, que se manifestava à todo o instante...”
- (E) “- Ora, que mono fora ele descobrir!... dizia de si para si, à contemplar o rapaz por cima dos óculos.”

8

Entre as palavras sublinhadas nas frases abaixo, aquela em que o U (em QUE ou QUI) deve ser pronunciado, é:

- (A) Ser ou não ser: eis a questão. (Shakespeare)
- (B) Quem abre o coração à ambição, fecha-o à tranquilidade. (provérbio chinês)
- (C) Cada ideologia tem a inquisição que merece. (Millôr Fernandes)
- (D) Antes dele, outros quatro chefes de polícia saíram da instituição, responsável por um inquérito interno sobre o caso que começou em 2007 com a denúncia de uma vítima, mas que foi arquivado sem chegar a nenhuma conclusão. (FSP-26/06/2009)
- (E) Descubra a Europa sobre trilhos Segóvia exhibe aqueduto romano bem conservado Biarritz combina surfe, glamour e bons restaurantes. (FSP-18/10/2012)

9

Entre as palavras sublinhadas nas frases abaixo, propositalmente grafadas sem acentos, aquela que deve ser pronunciada como paroxítona, é:

- (A) A história do viúvo pu~~di~~co, que se apaixona por uma prostituta com vocação para amante e, graças às armações do irmão invejoso, acaba traído pelo filho e pela amada, traz as marcas inconfundíveis do autor, que a definia como "uma obsessão em três atos". (FSP-01/11/2012)
- (B) O valor do pagamento de benefícios da Previdência Social superou a arrecadação em julho e provocou um deficit de R\$ 3,09 bilhões. (FSP-19/08/2009)
- (C) Uma fábrica chinesa de iPhones, da Apple, informou que suspendeu o trabalho de funcionários, após um empregado ter cometido suicídio, aparentemente sob ameaça quando um prototipo foi perdido. (FSP-22/07/2009)
- (D) Qualquer violeta ou crisantemo de supermercado já ajuda. (FSP-26/07/2011)
- (E) Nesse interim, Colting vê seu livro ser traduzido para o húngaro e para o coreano --línguas em que jamais sonhara publicar. (FSP-11/12/2010)

10

Assinale o segmento textual a seguir que é classificado como de tipo textual publicitário.

- (A) As mulheres sofrem de ansiedade com mais frequência do que os homens: Especialistas revelam o porquê.
- (B) Enem em Sergipe: mais de 78 mil candidatos devem fazer provas de matemática e ciências da natureza.
- (C) Fundada em homenagem a Gregório Thaumaturgo de Azevedo, figura histórica da anexação do Acre ao Brasil, a cidade de Marechal Thaumaturgo é um retrato singular do Brasil profundo.
- (D) Estudo do Observatório Nacional da Violência contra Educadores traça cenário de desvalorização e violência enfrentados por docentes em instituições públicas e privadas no país.
- (E) O benefício que motiva, retém e alimenta resultados. Com Ticket Restaurante, sua empresa cuida de quem faz acontecer com menos custo e mais valor percebido.

11

Na pronúncia descuidada, muitas palavras são proferidas com eliminação ou troca de fonemas; em todas as opções abaixo, há palavras sublinhadas que mostram esse problema.

A única opção em que a palavra sublinhada mostra forma correta, é:

- (A) Para enterter as crianças durante o recesso escolar -- determinado pela Secretaria de Estado da Saúde em função da gripe A--, os apresentadores do "Cambalhota" também dão dicas de brincadeiras e atividades que podem ser realizadas dentro de casa. (FSP-05/08/2009)
- (B) Bistrô crepe de Paris Aqui, a raclette (prato com queijo suíço homônimo derretido) é acompanhada por batatas, tauba de frios, pães caseiros e molhos (R\$ 58, por pessoa). (FSP-17/07/2009)
- (C) O supérfluo dos ricos é propiedade dos pobres. (Santo Agostinho)
- (D) Outras 251 pessoas morreram ao atravessar regularmente a fronteira, principalmente por enfarte, disseram os pesquisadores. (FSP-12/08/2009)
- (E) Uma conduta irrepreensível consiste em manter cada um a sua dignidade sem perjudicar a liberdade alheia. (Voltaire)

12

Assinale o segmento textual abaixo que é classificado como de modo injuntivo.

- (A) O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu, neste domingo (16), um alerta de tempestade severa para municípios de quatro estados brasileiros — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul.
- (B) Para os idosos, o conforto e a segurança são aspectos cruciais na escolha de um carro. O Fiat 500e, por exemplo, é um carro compacto que facilita manobras e estacionamento, equipado com sensores de estacionamento 360º para maior segurança ao dirigir.
- (C) A dinâmica do relacionamento pode ser complexa, mas o que dizemos e como falamos pode ter um grande impacto em como o nosso parceiro se sente.
- (D) André declarou: “Ganhei mais músculos nesse último mês do que nos últimos 3 anos de academia. Incrível! Queria ter descoberto isso antes.”
- (E) Sentir-se cansado após um dia longo ou depois de atividades físicas intensas é comum e geralmente normal

Raciocínio Lógico

13

Considere verdadeiras as afirmações:

- Todos os sapos são verdes.
- Nenhum animal verde vive na água.

É correto concluir que

- (A) alguns sapos vivem na água.
 (B) nenhum sapo vive na água.
 (C) nem todo sapo é verde.
 (D) todos os animais verdes são sapos.
 (E) todos os animais que não vivem na água não são verdes.

14

Sejam p e q duas proposições. Considere a sentença S dada por:
 $(p \rightarrow q) \leftrightarrow (\sim p \vee q)$ e a tabela verdade abaixo.

p	q	S
V	V	
V	F	
F	V	
F	F	

Construindo a tabela verdade acima, os valores lógicos da sentença S (de cima para baixo) são:

- (A) V – V – V – V.
 (B) V – F – V – V.
 (C) V – V – V – F.
 (D) V – F – F – V.
 (E) V – F – V – F.

15

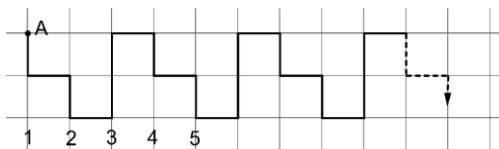
Cinco bolinhas iguais estão em uma caixa e cada uma delas contém uma letra diferente da sigla ALEGO.

Retirando ao acaso duas bolinhas da caixa em sequência e sem reposição, a probabilidade de que uma bolinha contenha uma vogal e a outra uma consoante é

- (A) $1/2$.
 (B) $2/3$.
 (C) $3/4$.
 (D) $2/5$.
 (E) $3/5$.

16

Na faixa quadriculada abaixo, as linhas verticais estão numeradas da esquerda para a direita e o lado de cada quadradinho mede 1 unidade.



Um objeto iniciou seu movimento no ponto A e andou sobre as linhas mais escuras do desenho mantendo o padrão visível na figura.

Após percorrer 2026 unidades o objeto estará na linha vertical de número

- (A) 867.
- (B) 868.
- (C) 869.
- (D) 870.
- (E) 871.

Noções de Informática

17

As opções a seguir apresentam características de formatação de parágrafo controladas pelas opções disponíveis na caixa de diálogo Parágrafo no MS Word 365 (BR), à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Recuo especial de primeira linha.
- (B) Alinhamento do texto (esquerda, centro, direita, justificado).
- (C) Espaçamento antes e depois do parágrafo.
- (D) Aplicar efeitos de texto como Sombra ou Contorno.
- (E) Espaçamento entre linhas do parágrafo (ex.: simples, 1.5).

18

A ALE-GO implementou um novo sistema de transmissão ao vivo das sessões plenárias. A equipe técnica precisa garantir que, durante o pico de acesso, pelo menos 1.000 cidadãos possam assistir simultaneamente a uma transmissão que requer 4 Mbps de banda por usuário para qualidade HD.

A largura de banda mínima necessária no servidor de *streaming* para atender à demanda simultânea deve ser de

- (A) 4 Gbps.
- (B) 40 Mbps.
- (C) 400 Mbps.
- (D) 4.000 Mbps.
- (E) 40 Gbps.

19

O setor de Protocolo da ALE-GO utiliza um formulário digital para recebimento de documentos externos. O formulário foi criado no Word e possui os seguintes controles:

- Campo de texto para número do protocolo
- Lista suspensa com tipos documentais
- Caixas de seleção para prioridade
- Campo de data com calendário pop-up
- Blocos de texto apenas para leitura com instruções

Para proteger o formulário, permitindo que os usuários preencham apenas os campos editáveis sem alterar a estrutura ou conteúdo fixo, deve-se adotar a seguinte configuração correta de proteção:

- (A) Senha para abrir + Senha para modificar
- (B) Marcar como Final + Restringir Edição → Somente leitura
- (C) Restringir Edição → Somente preenchimento de formulários + Senha
- (D) Controle de Alterações + Exigir autenticação
- (E) Inserir Assinatura Digital + Proteger com senha

20

O departamento jurídico da ALE-GO recebeu um novo computador com Windows 11. O chefe do setor precisa personalizar o sistema para:

- Ajustar configurações de privacidade;
- Configurar múltiplos monitores;
- Personalizar a barra de tarefas;
- Gerenciar contas de usuário;
- Configurar opções de energia.

O Windows 11 (BR) consolida todas essas configurações em uma interface moderna e unificada no

- (A) Painel de Controle clássico.
- (B) Configurações do Windows.
- (C) Gerenciador de Dispositivos.
- (D) Painel de Navegação do Explorador.
- (E) Centro de Ações.

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás

21

O período de maior intensidade do Ciclo do Ouro em Goiás ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, quando a região se tornou um importante centro de mineração no Brasil colonial. A descoberta de grandes depósitos de ouro atraiu trabalhadores, comerciantes e aventureiros, estimulando o crescimento de assentamentos na região.

Assinale a opção que apresenta corretamente os impactos da mineração na ocupação de Goiás durante o auge do ciclo do ouro.

- (A) A técnica de perfuração permitiu uma exploração intensa e prolongada das lavras, o que evitou seu esgotamento e favoreceu o assentamento de uma população permanente.
- (B) O uso predominante da mão de obra indígena, valorizada por suas habilidades específicas na mineração, contribuiu para o crescimento da população nativa na região.
- (C) A extração do ouro de aluvião exigiu a presença de especialistas e tecnologia avançada na região, o que deu origem a um polo industrial local.
- (D) O uso do mercúrio na mineração facilitou a extração do ouro, o que tornou a atividade mais produtiva e atraiu trabalhadores, resultando no surgimento de vilas e arraiais.
- (E) A mineração de morro tornou a agropecuária a principal atividade econômica da região, voltada à criação de animais de tração, o que resultou no assentamento da população.

22

Leia o trecho a seguir.

O bandeirismo no período colonial deu origem a democracia brasileira, graças a mobilidade externa que conseguiu uma geografia antitotalitária; hierarquização do negro e do índio, que foram deslocados do comunismo tribal para a área social em que operavam os bandeirantes; absorção de grupos étnicos através da assimilação de seus elementos; desfeudalização dos engenhos. O objetivo era incrementar o povoamento. O “Projeto Rondon”, hoje em pleno desenvolvimento, completa o bandeirismo. Portanto, o bandeirismo como foi praticado pelos paulistas durante três séculos pertence, naturalmente, a História. Até hoje existe uma “personalidade bandeirante” na sociedade brasileira. Quando se fala em “Estado bandeirante”, já se sabe qual é; “povo bandeirante”, também. Mas “bandeirar”, hoje em dia, é imposição do Brasil inteiro, que atende ao seu “imperialismo interno” e depende, muito ainda, da aventura criadora tradicional do período colonial.

Adaptado de: RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 4 edição, 1970, pp. xxxi – xxxix.

O trecho, de Cassiano Ricardo, ideólogo do Estado Novo e publicado em 1940, serviu de base para a política de “Marcha para o Oeste” do governo Vargas.

Com base na sua leitura, é correto afirmar que a imagem do bandeirismo do período colonial brasileiro foi usada pelo governo Vargas como símbolo de

- (A) decadência, ao destacar o período colonial como atrasado, em consonância com o projeto modernizador e de desenvolvimento do Estado Novo para a superação desse passado.
- (B) expansão territorial, ao destacar a ampliação do espaço geográfico e a ocupação do interior do país, em consonância com os projetos do Estado Novo de integração do território nacional.
- (C) heroísmo, ao destacar o extermínio dos povos nativos pelos bandeirantes como elemento positivo, em consonância com o projeto do Estado Novo de conquista e integração das populações indígenas ao Estado brasileiro.
- (D) mobilidade social, ao destacar a participação igualitária dos grupos sociais na sociedade brasileira, em consonância com o ideal de democracia racial defendido pelo Estado Novo.
- (E) valentia, ao destacar a atuação dos bandeirantes europeus na ocupação do território nacional, em consonância com a busca do Estado Novo por modelos estrangeiros para a construção da identidade nacional.

23

O Cerrado em Goiás, um dos biomas mais ricos em biodiversidade do Brasil, vem sofrendo intensa devastação nos últimos anos, com grande parte de sua vegetação nativa sendo destruída, o que ameaça diversas espécies de fauna e flora e compromete a qualidade da água e do solo.

As opções a seguir descrevem corretamente fatores que explicam a devastação do cerrado goiano, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A construção de rodovias e estrada fragmenta o Cerrado e compromete a biodiversidade e os recursos naturais da região.
- (B) O crescimento desordenado de cidades e vilarejos, ocupando áreas do Cerrado, leva à destruição da vegetação e ao aumento da pressão sobre os recursos naturais da região.
- (C) A expansão da agricultura e da pecuária em larga escala contribui para a destruição da vegetação nativa e a degradação do solo no Cerrado.
- (D) O uso frequente do fogo para preparar o solo, aliado à inexistência de bacias hidrográficas no Cerrado, favorece a ocorrência de incêndios fora de controle.
- (E) A introdução de espécies exóticas, ao competir com a flora nativa, dificulta a regeneração natural do Cerrado e provoca alterações em seus ecossistemas.

24

Em 2023, foi sancionada a Lei Complementar nº 181, que cria a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME). A legislação prevê a realização de ações integradas entre os governos de Goiás, do Distrito Federal e da União. Fazem parte da RME os seguintes municípios: Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

Assinale a opção que apresenta corretamente os objetivos da criação da Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal (RME).

- (A) Controlar o crescimento populacional na região, a fim de reduzir os problemas socioeconômicos decorrentes da expansão urbana.
- (B) Estruturar a administração de Goiás segundo as demandas do Distrito Federal, de modo a articular políticas públicas que atendam às prioridades da capital.
- (C) Garantir a proteção dos recursos e do desenvolvimento da região, que se destaca positivamente nos indicadores sociais em comparação às demais localidades do estado de Goiás.
- (D) Incentivar o desenvolvimento dos municípios goianos geograficamente distantes do Distrito Federal por meio de estruturas conjuntas de gestão.
- (E) Promover soluções integradas na região, com planejamento e implementação de serviços públicos essenciais e infraestrutura de interesse comum.

Legislação do Estado de Goiás

25

Com base na Resolução nº 1.073/2001, avalie se ao servidor é proibido, entre outras ações:

- I. Referir-se de modo depreciativo em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração da Assembleia Legislativa, ou censurá-los pela imprensa ou qualquer outro órgão de divulgação pública, podendo, porém, criticá-los, do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço.
- II. Valer-se do cargo ou função para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública.
- III. Coagir ou aliciar subordinados com objetivo de natureza partidária.
- IV. Participar, de fato e de direito, de gerência ou administração de sociedade empresária, ainda que unipessoal, personificada ou não, bem como atuar como empresário durante a jornada de trabalho, mediante o exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou de serviços, na caracterização determinada na legislação civil e observadas as exceções ali constantes.

São efetivamente proibidas ao servidor as ações

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

26

De acordo com a Resolução nº 1.073/2001, o conjunto de atribuições agrupadas, pela espécie de atividade e pela especialização exigível ao seu desempenho, é denominado

- (A) classe.
- (B) grupo.
- (C) categoria funcional.
- (D) cargo.
- (E) padrão.

27

O Art. 10 da Resolução 1.073/2001 estabelece que os cargos de provimento em comissão se destinam a atender a encargos de Direção, Chefia, Assessoramento Superior e Intermediário e Função Especial de Confiança e são providos mediante ato do Presidente, podendo recair em servidor público efetivo, inclusive inativo, ou mesmo em pessoa estranha ao serviço público, observados os requisitos necessários, inclusive a habilitação profissional para a respectiva investidura.

Em relação ao tema, avalie se as afirmativas a seguir estão corretas.

- I. 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão, com nível de Direção e Chefia, serão preenchidos por servidor efetivo da Assembleia Legislativa, com observância do critério de confiança.
- II. Recaindo a nomeação em servidor público, esse optará pelo vencimento do cargo em comissão ou pela percepção da remuneração de seu cargo efetivo, sendo, em qualquer hipótese, acrescido de uma gratificação correspondente ao valor fixado para a do cargo em comissão.
- III. O servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão e de função especial de confiança, é segurado obrigatório do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, na qualidade de empregado.
- IV. O inativo provido em cargo em comissão ou função especial de confiança perceberá, integralmente, o vencimento e a gratificação para esses fixados, cumulativamente com o respectivo provento, desde que obedecido o teto constitucional.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

28

O Art. 56 da Resolução 1.073/2001 dispõe que, cumprido satisfatoriamente o estágio probatório, o servidor detentor de cargo efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

Em relação ao tema, avalie se o servidor público estável perderá o cargo nas seguintes hipóteses:

- I. Em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- II. Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- III. Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, nos termos de regulamento próprio, assegurada ampla defesa.
- IV. Se for extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

29

A rede de telecomunicação *Alfa*, com forte representatividade e capilaridade, vem publicando uma série de reportagens para demonstrar que a população almeja ser consultada diretamente sobre os assuntos de relevância nacional, por meio de plebiscitos. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que convocar plebiscito é uma competência

- (A) comum entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo.
- (B) privativa da Câmara dos Deputados.
- (C) exclusiva do Congresso Nacional.
- (D) privativa do Poder Executivo.
- (E) exclusiva do Senado Federal.

30

Lucas, candidato ao cargo de Deputado Federal, defendeu, durante a sua campanha eleitoral, a necessidade de se proceder a mudanças no texto constitucional, com o objetivo de alterar a forma federativa de Estado, bem como o voto secreto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que as bandeiras de Lucas

- (A) podem prosperar em parte, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado. Contudo, não se admite qualquer discussão que busque alterar o caráter secreto do voto.
- (B) podem prosperar em parte, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir o voto secreto. Contudo, não se admite qualquer discussão que busque alterar a forma federativa de Estado.
- (C) não podem prosperar, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto, salvo se realizado referido constitucional em sentido contrário.
- (D) podem prosperar, pois não há qualquer vedação na deliberação de proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto.
- (E) não podem prosperar, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado ou o voto secreto.

31

Após a observância do contraditório e da ampla defesa, Mário, brasileiro naturalizado, foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de extorsão mediante sequestro, de natureza hedionda. Em seguida, as autoridades brasileiras competentes o extraditaram para um determinado país no exterior. Registre-se, por fim, que a conduta delitiva foi praticada por Mário após o encerramento do seu processo de naturalização.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que as autoridades brasileiras agiram

- (A) incorretamente, pois a Constituição Federal só admite a extradição do brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (B) incorretamente, pois a Constituição Federal só admite a extradição do brasileiro naturalizado em caso de crime comum, praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em crimes hediondos, na forma da lei complementar.
- (C) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros naturalizados, em caso de condenação definitiva pela prática de crime hediondo.
- (D) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros, natos ou naturalizados, em caso de condenação definitiva pela prática de crime hediondo.
- (E) acertadamente, pois a Constituição Federal admite a extradição de brasileiros naturalizados.

32

Jorge, interessado em ocupar um cargo público no âmbito do Poder Público, resolveu estudar as normas constitucionais que versam sobre a matéria, tomando conhecimento de que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser reintegrado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, fazendo jus à remuneração deste.
- II. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
- III. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, poderão realizar, periodicamente, avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei complementar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III,

33

Após meses de negociações infrutíferas, surgiu complexo conflito entre o Estado *Alfa* e o Estado *Beta*, dando ensejo à propositura de uma demanda em juízo, para a resolução do litígio apresentado.

Assim, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que caberá ao

- (A) Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* ou ao Tribunal de Justiça do Estado *Beta* processar e julgar, em sede recursal, a demanda, por prevenção.
- (B) Tribunal de Justiça do Estado *Alfa* ou ao Tribunal de Justiça do Estado *Beta* processar e julgar, originariamente, a demanda, por prevenção.
- (C) Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, a demanda.
- (D) Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, em sede recursal, a demanda.
- (E) Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a demanda.

34

A sociedade empresária *Alfa* demonstrou interesse em prestar serviços de comunicação social no Brasil. Dessa forma, os dirigentes da referida entidade estudaram a matéria, constatando que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir:

- I. A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, três quintos do Congresso Nacional, em votação secreta.
- II. O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.
- III. O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Administrativo

35

Após o devido processo licitatório, a sociedade empresária *Alfa* celebrou contrato administrativo com o Estado *Beta*. Registre-se, contudo, que, durante a execução, o contrato foi extinto, por meio de um ato unilateral e escrito da Administração. Irresignada com a situação posta, a entidade privada contratada procurou o auxílio de especialistas na matéria, para entender os direitos que possui. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, em face da extinção do contrato administrativo,

- (A) caberá recurso, no prazo de cinco dias, desde que a contratada demonstre que suportou grave prejuízo com a efetivação da medida.
- (B) não caberá recurso, já que a Administração Pública fez uso de uma cláusula exorbitante aplicável ao contrato administrativo.
- (C) não caberá recurso, à exceção do pedido de reconsideração, no prazo de três dias úteis.
- (D) não caberá recurso, por se tratar de um direito potestativo da Administração Pública.
- (E) caberá recurso, no prazo de três dias úteis.

36

Com o objetivo de ser qualificada como organização social (OS) e, por consequência, estar apta a celebrar contratos de gestão com o Poder Público, a associação privada *Alfa* passou a adotar todas as providências legais cabíveis, alterando, na forma da lei, o seu ato constitutivo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.637/1998, para que a entidade privada *Alfa* seja qualificada como organização social, o seu ato constitutivo deverá dispor sobre a

- (A) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade.
- (B) possibilidade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das suas atividades ou de distribuição dos excedentes em benefício dos associados, de forma fundamentada.
- (C) previsão expressa de a entidade ter, além de um órgão colegiado de deliberação superior, um conselho fiscal, composto por cinco membros.
- (D) obrigatoriedade de publicação semestral, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão.
- (E) vedação à participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público.

37

Henrique, servidor público no Estado *Alfa*, de forma dolosa, concedeu benefício fiscal à sociedade empresária *Beta*, sem a observância das formalidades legais aplicáveis à espécie, causando prejuízo ao ente público. Os fatos foram comunicados ao Ministério Público, que estudou a possibilidade de requerer, em juízo, a indisponibilidade dos bens do referido agente público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que o valor da indisponibilidade considerará

- (A) a estimativa de dano e o valor da multa, indicados na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.
- (B) a estimativa de dano indicada pelo ente público lesado, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.
- (C) a estimativa de dano indicada na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.
- (D) o valor da multa indicado pelo ente público lesado, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do réu.
- (E) o valor da multa indicado na petição inicial, permitida a sua substituição por caução idônea, por fiança bancária ou por seguro-garantia judicial, a requerimento do juiz.

38

João ingressou com processo administrativo junto à Administração Pública do Estado de Goiás. Após a observância das formalidades legais, foi proferida decisão contrária aos interesses do administrativo. Irresignado, João recorreu da decisão, mas acabou por interpor o recurso perante autoridade incompetente na esfera administrativa.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 13.800/2001, é correto afirmar que o recurso interposto por João

- (A) não será conhecido, mas indicar-se-á ao recorrente a autoridade competente para futuras impugnações, vedada a devolução do prazo para recurso.
- (B) não será conhecido, mas indicar-se-á ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.
- (C) será conhecido e, no mérito, julgado improcedente, em razão da oposição perante autoridade incompetente.
- (D) será conhecido e, no mérito, julgado prejudicado, em razão da oposição perante autoridade incompetente.
- (E) não será conhecido, vedada a devolução do prazo para recurso.

39

O Prefeito do Município *Alfa*, no âmbito do Estado *Beta*, solicitou à sua equipe jurídica a confecção de parecer dos contornos da legislação que versa sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que o Município *Alfa* poderá atuar como poder concedente, celebrando contratos administrativos de

- (A) concessão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências. Contudo, as permissões de serviços públicos só podem ser pactuadas com a União ou com os Estados.
- (B) concessão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências. Contudo, as permissões de serviços públicos só podem ser pactuadas com os Estados.
- (C) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências, desde que haja a concordância do Estado *Beta*.
- (D) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências, desde que haja a concordância da União.
- (E) concessão ou de permissão de serviços públicos que se encontrem no seu espectro de competências.

40

Lucas, Prefeito do Município *Charlie*, pretende, por meio da descentralização administrativa, criar pessoas jurídicas que integrarão a Administração Indireta do referido ente federativo. Busca-se, em síntese, a instituição de uma autarquia, de uma empresa pública, de uma sociedade de economia mista e de uma fundação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia, da empresa pública e da sociedade de economia mista. A fundação, por outro lado, pode ser criada por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.
- (B) a autarquia deve ser criada por meio de uma lei específica. Por sua vez, exige-se lei específica para autorizar a criação da empresa pública, da sociedade de economia mista e da fundação.
- (C) a empresa pública e a sociedade de economia mista devem ser criadas por meio de uma lei específica. Por sua vez, exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia e da fundação.
- (D) a autarquia, a empresa pública, a sociedade de economia mista e a fundação devem ser criadas por meio de leis específicas.
- (E) exige-se lei específica para autorizar a criação da autarquia, da empresa pública, da sociedade de economia mista e da fundação.

Analista de Controle Interno em Finanças e Controle

41

Uma das finalidades da súmula vinculante nº 13 - que trata da vedação ao nepotismo - é prevenir e reprimir violações aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, dentre outros.

Nessa esteira, analise as hipóteses seguintes em que o prefeito do município Alfa nomeia seus dois irmãos (João e José) para o exercício de cargos e funções na administração pública municipal:

- I. As eventuais nomeações de João e José como membros (conselheiros) do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do município Alfa não violam a Constituição.
- II. A hipótese de nomeação de João, graduado e pós-graduado em pedagogia, para o cargo de Secretário Municipal de Educação, não é fundamento válido de reclamação ao STF por violação à súmula vinculante nº 13.
- III. É de iniciativa privativa do Prefeito do Município Alfa a elaboração de eventual projeto de lei que trate de normas de vedação ao nepotismo, mas que autorize a nomeação de seus irmãos para cargos de Secretário Municipal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

42

A Lei nº 123, de outubro de 2007, autorizava o Estado Alfa a aplicar multa de \$ 50.000 às empresas e agentes públicos que praticassem condutas obstrutivas ao livre exercício do controle externo de competência do Tribunal de Contas do Referido Estado (TCE).

No ano de 2009, o TCE instaurou processo administrativo para apurar a responsabilidade da Empresa Beta Ltda por obstrução à atividade de auditoria realizada pela Corte de Contas em um contrato administrativo firmado entre esta empresa e o Estado Alfa, aplicando-lhe multa no valor previsto em Lei.

No curso do referido processo administrativo (fase recursal) a Lei nº 123 foi alterada, reduzindo para \$ 10.000 o valor da multa aplicável à hipótese.

Considerando os fatos narrados e os princípios constitucionais que regem a administração pública, é correto afirmar que a empresa Beta:

- (A) Faz jus à redução do valor da multa imposta, tendo em vista o princípio da retroatividade da lei mais benéfica previsto no art. 5º, XL da CRFB/88.
- (B) Goza do direito de observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, que tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de natureza administrativa
- (C) Fica sujeita à multa inicialmente imposta no valor de \$50.000, tendo em vista a aplicação do princípio do *tempus regit actum*, aplicável aos processos administrativos.
- (D) Fica sujeita à multa inicialmente imposta, tendo em vista que o princípio da legalidade, na esfera do direito administrativo sancionador, não comporta exceções.
- (E) Goza do direito de anulação da multa imposta em razão da incidência dos princípios da lei mais benéfica e do princípio da bagatela na seara administrativa.

43

Um Deputado estadual apresentou uma proposta de emenda à Constituição Estadual (PEC) com o seguinte teor:

“O art. XX da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. XX A divulgação feita por autoridade de ato, programa, obra ou serviço públicos de sua iniciativa, incluídos os decorrentes de emendas à lei orçamentária anual, não caracteriza promoção pessoal, quando atenda os critérios previstos em norma interna de cada poder.”

A PEC foi discutida e aprovada por unanimidade pela Casa Legislativa Estadual.

Considerando os princípios constitucionais informadores da administração pública, é correto afirmar que a referida PEC pode ser considerada

- (A) Constitucional, pois as propostas de emenda constitucional que tratam sobre administração pública não possuem iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo.
- (B) Inconstitucional, pois a norma constitucional parâmetro (art. 37, § 1º da CRFB/88) não admite flexibilização por norma infraconstitucional ou regulamentar.
- (C) Constitucional, sendo vedado ao Poder Executivo editar ato regulamentador aplicável, na hipótese e indistintamente, a todos os Poderes e Órgãos estaduais autônomos.
- (D) Inconstitucional, tendo em vista que não se pode conferir a cada um dos poderes a autorização para editar atos normativos que tratem sobre organização a funcionamento da administração pública
- (E) Constitucional, pois a norma parâmetro prevista na CRFB/88 é de eficácia limitada, admitindo limitações por normas infraconstitucionais.

44

Sobre o Sistema de Controle Externo previsto na CRFB/88, analise as afirmativas a seguir:

- I. Compete ao Tribunal de Contas da União avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- II. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não se sujeita à prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União (TCU) e a ausência dessa obrigatoriedade não representa ofensa aos preceitos constitucionais.
- III. Compete ao Congresso Nacional julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República após a emissão de parecer prévio elaborado pelo Tribunal de Contas da União.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

45

Considerando as competências e responsabilidades constitucionais dos órgãos integrantes dos sistemas de *accountability* e de controle interno e externo brasileiros, analise as ações a seguir:

- I. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos de entidades da indireta.
- II. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- III. Proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro do prazo constitucional.

Assinale a opção que indica correta e respectivamente os órgãos a quem são atribuídas constitucionalmente as competências para execução destas ações:

- (A) Tribunal de Contas – Sistema de Controle Interno – Congresso Nacional.
- (B) Congresso Nacional - Sistema de Controle Interno – Câmara dos Deputados.
- (C) Tribunal de Contas – Tribunal de Contas – Câmara dos Deputados.
- (D) Tribunal de Contas – Sistema de Controle Interno – Câmara dos Deputados.
- (E) Tribunal de Contas – Tribunal de Contas – Congresso Nacional.

46

Quando da elaboração do projeto de lei orçamentária (PLOA) do município Alfa, os gestores incluíram propostas de dispositivos legais contemplando as seguintes normas:

- I. Autorização ao Poder Executivo para contratar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- II. Inclusão, como receita orçamentária no próprio PLOA, do produto da estimativa de recursos oriundos de alienação de bens imóveis.
- III. Consignação de dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros.

Ao ser submetido a apreciação do Poder Legislativo, e considerando as disposições da Lei nº 4.320/64, poderá(ão) ser aprovada(s) a(s) norma(s) constante(s) do(s) item(ns)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

47

O Estado soberano Alfa, localizado na América Central, adotou um sistema de controle externo em que as decisões de sua Entidade Fiscalizadora Superior são unipessoais (ou monocráticas). Esta instituição também exerce atividades de controle externo de caráter orientativo e consultivo, sem funções sancionatórias, como regra geral.

O tipo de sistema de controle externo adotado pelo Estado Alfa é denominado:

- (A) Tribunais de Contas.
- (B) Parlamentarismo.
- (C) Democrático.
- (D) Participativo.
- (E) Controladorias-Gerais.

48

O prefeito do município Alfa determinou ao Secretário de Administração a elaboração de texto de projeto de lei tratando sobre o controle interno da gestão orçamentária municipal.

No entanto, o Prefeito orientou que o referido projeto deveria conter as seguintes diretrizes:

- I. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.
- II. Caberá ao Tribunal de contas verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária.
- III. Poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

Neste sentido, assinale a opção que contenha a(s) diretriz(es) correta(s), considerando os preceitos da Lei nº 4.320/67 concernentes ao controle interno

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

49

O Prefeito do município Beta foi informado, por seu Secretário de Administração, que o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias deveria ser acompanhado de um documento denominado “Anexo de Metas Fiscais”.

Ao ser questionado pelo prefeito sobre as informações que deveriam constar deste documento, o Secretário de Administração lhe comunicou que o documento deveria conter:

- I. A avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior concernentes às receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
- II. Os critérios e forma de limitação de empenho, bem como as disposições sobre equilíbrio entre receitas e despesas.
- III. As normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

Analise as orientações apresentadas pelo Secretário de Administração e assinale a opção que apresenta a(s) resposta(s) correta(s) ao questionamento do Prefeito.

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um instrumento de gestão fiscal que deve ser elaborado por todos os entes federativos. Sobre a LDO, analise as afirmativas a seguir:

- I. A lei de diretrizes orçamentárias poderá dispor sobre a exclusão de despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e de investimentos.
 - II. O Anexo de Metas Fiscais da União, que acompanha o projeto de LDO, deverá contemplar a estimativa do impacto fiscal, quando couber, das recomendações resultantes da avaliação das políticas públicas.
 - III. Os Estados e municípios deverão incluir, no Anexo de Riscos Fiscais, o efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 (dez) anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública;
- Assinale a opção que contenha a(s) afirmativa(s) correta(s) a respeito da LDO:

- (A) I, apenas
- (B) II, apenas
- (C) III, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

51

João, que atualmente ocupa o cargo de prefeito do município Gama, deixou de encaminhar a proposta de lei orçamentária (PLOA) anual dentro do prazo estabelecido na Lei Orgânica.

Nessa hipótese é correto afirmar que:

- (A) A lei orçamentária em vigor será considerada como o PLOA para o próximo exercício, devendo ser, neste contexto, apreciada pelo Poder Legislativo municipal.
- (B) João deverá requerer ao Poder Legislativo, por mensagem à mesa diretora, de prazo não superior a noventa dias para conclusão do projeto de lei orçamentária.
- (C) A Presidência do Poder Legislativo municipal deverá elaborar de lei orçamentária, abrindo consulta à população sobre os projetos e dotações orçamentárias constantes do projeto.
- (D) A Ministério Público do Estado deverá firmar acordo de não persecução civil, desde que o prefeito apresente o projeto de lei orçamentária no prazo de até 30 (trinta) dias.
- (E) O Tribunal de Contas do Estado responsável pelo controle externo do município Gama deverá expedir determinação para que o João elabore a proposta orçamentária no prazo de sessenta dias.

52

O ciclo orçamentário refere-se ao período e ações em que se desenvolve as atividades de elaboração e execução dos orçamentos públicos. Neste sentido, analise as afirmativas a seguir:

- I. As Defensorias Públicas Estaduais não gozam, tal qual o Ministério Público Estadual, de iniciativa para elaborar sua proposta orçamentária.
- II. Compete ao Poder Judiciário a competência para elaborar a sua proposta orçamentária e apresentá-la a deliberação legislativa.
- III. Os Tribunais de Contas dos Estados gozam de autonomia para elaborar as suas propostas orçamentárias.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

53

A Lei Orçamentária anual do município Beta contém dispositivo autorizando a abertura de determinado crédito adicional em até 20% (vinte por cento) do total das despesas inicialmente autorizadas.

Sabendo-se que as despesas autorizadas iniciais somavam \$ 100 mil e que o Poder Executivo havia aberto créditos especiais no montante de \$ 8 (oito) mil e créditos suplementares no montante de \$ 9 (nove) mil, é correto afirmar que ainda é possível a abertura de créditos:

- (A) Especiais, sem nova autorização legislativa, até o montante de \$ 3 (três) mil.
- (B) Suplementares, com nova autorização legislativa, até o limite de \$ 20 (vinte) mil.
- (C) Especiais, com nova autorização legislativa, até o limite de \$ 12 (doze) mil.
- (D) Suplementares, sem nova autorização legislativa, até o limite de \$ 11 (onze) mil.
- (E) Especiais, sem autorização legislativa, até o limite de \$ 20 (vinte) mil.

54

No exercício de 20XX, o município Alfa apresentou significativo aumento de sua receita orçamentária. A elevação da arrecadação se deu em razão de dois fatores:

- I. O município passou a receber valores oriundos de royalties decorrentes da exploração de recursos minerais; e
- II. Com a instalação de uma indústria e de uma universidade no território do município Alfa, dezenas de imóveis de sua propriedade foram alugados a estas empresas, gerando recursos adicionais ao erário.

Nesta hipótese, quanto à categoria econômica e origem, essas receitas podem ser classificadas, respectivamente, como:

- (A) Correntes e patrimoniais em ambos os casos.
- (B) De capital e transferência de capital; e corrente e de serviços, respectivamente.
- (C) De capital em ambos os casos; e Transferência de capital e patrimonial. Respectivamente.
- (D) Correntes em ambos os casos; transferência corrente e patrimonial, respectivamente.
- (E) Correntes e transferência corrente em ambos os casos.

55

Considere que o Estado Alfa tenha concedido um empréstimo a uma entidade da administração indireta. Nessa situação, os eventuais juros recebidos pelo Estado Alfa em decorrência da concessão do referido empréstimo devem ser classificados como receita de:

- (A) Amortização de empréstimos.
- (B) Inversão financeira.
- (C) Transferências correntes.
- (D) Serviços.
- (E) Outras receitas de capital.

56

Ao realizar uma obra rodoviária no valor de \$ 40 milhões, o Estado Alfa evidenciou que a referida obra resultou na valorização de imóveis particulares que, em seu conjunto, somava \$ 50 milhões. Nessa situação, o Estado Alfa poderá instituir e cobrar dos proprietários destes imóveis uma receita orçamentária classificada como:

- (A) Tributária, até o limite de \$ 50 milhões.
- (B) Taxa pela prestação de serviços, sem limites.
- (C) Contribuição de melhoria, até o limite de \$ 40 milhões.
- (D) Imposto, sem limites.
- (E) Tributária, até o limite de 10 milhões.

57

Ao elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de uma autarquia do município Gama, o contador ficou em dúvida sobre o regime contábil a ser adotado.

Para superar essa dúvida, elaborou consulta ao órgão de controle interno questionando sobre o regime contábil que deveria adotar nesta situação.

O órgão de controle interno respondeu corretamente que o regime contábil a ser adotado na elaboração do DFC é o:

- (A) Misto.
- (B) De competência.
- (C) De caixa.
- (D) De anualidade.
- (E) Constitucional.

58

O contador do município Gama ficou responsável pela elaboração do Balanço Financeiro (BF) para o referido ente federativo.

Ao analisar a estrutura do referido demonstrativo contábil, o contador pode afirmar corretamente que este balanço deve conter a seguinte informação:

- (A) Na coluna dos ingressos: a especificação do saldo, relativo ao exercício anterior, do caixa e equivalente de caixa.
- (B) Na coluna dos dispêndios: o saldo, para o exercício seguinte, do caixa e equivalentes de caixa do RPPS.
- (C) Na coluna dos ingressos: os pagamentos de restos a pagar não processados.
- (D) Na coluna dos dispêndios: as transferências recebidas independentes da execução orçamentária.
- (E) Na coluna dos ingressos: outras movimentações financeiras concedidas, inclusive as relativas ao bloqueio de valores em caixa.

59

Ao elaborar o balanço financeiro da autarquia Alfa, o contador verificou as seguintes informações:

1. O orçamento da autarquia foi aprovado no montante de \$ 150;
2. Foram arrecadados \$ 30 em receitas tributárias e patrimoniais
3. As despesas empenhadas, liquidadas e inscritas em restos a pagar somaram \$ 10;
4. A autarquia recebeu transferências voluntárias no montante de \$15;
5. Foram adquiridos e pagos integralmente equipamentos de tecnologia da informação no valor de \$ 90.

Considerando os fatos narrados, assinale a opção que apresenta o valor correto do resultado financeiro apurado pelo contador e registrado no Balanço Financeiro:

- (A) Superavitário em \$ 55.
- (B) Deficitário em \$ 135.
- (C) Superavitário em \$ 195.
- (D) Deficitário em \$ 45.
- (E) Superavitário em \$ 65.

60

O setor de radiografia de um hospital público estadual sofreu um incêndio decorrente de falhas em seu sistema elétrico, que danificou de forma definitiva os equipamentos necessários à realização de exames de imagens.

Sabendo que a Lei Orçamentária Anual (LOA) não previa dotações para aquisição de novos equipamentos, o Governador do Estado determinou a alteração do orçamento anual para atender a essas novas despesas.

Nesta situação, a medida correta a ser adotada é a

- (A) elaboração de projeto de lei para abertura de crédito extraordinário.
- (B) edição de Decreto de abertura de crédito suplementar.
- (C) expedição de medida provisória para abertura de crédito extraordinário.
- (D) solicitação de autorização legislativa para abertura de crédito especial.
- (E) expedição de medida provisória para abertura de crédito especial.

61

Para realizar uma auditoria governamental, o auditor adotou medidas para obter conhecimento sobre o objeto auditado, identificou seus riscos ao alcance de seus resultados (do objeto da auditoria) e elaborou questões de auditoria a serem respondidas em seu trabalho.

As atividades realizadas pelo auditor se desenvolveram na etapa da auditoria governamental denominada:

- (A) Execução.
- (B) Monitoramento.
- (C) Planejamento.
- (D) Comunicação de resultados.
- (E) Relatório.

62

Durante a execução de uma auditoria operacional, a equipe de auditoria aplicou um procedimento com a finalidade de identificar as causas e os efeitos dos agravos relacionados ao objeto da auditoria, que impactavam negativamente os resultados econômicos do auditado e os serviços prestados à sociedade.

Nesta hipótese, a técnica de auditoria que pode ser utilizada neste procedimento é denominada:

- (A) Árvore de problemas.
- (B) Circularização.
- (C) Análise SWOT.
- (D) Inspeção.
- (E) Matriz de planejamento.

63

Em um trabalho de controle externo, o auditor de um Tribunal de Contas verificou a integridade e conformidade das demonstrações contábeis elaboradas pelo órgão público auditado com as normas aplicáveis.

Para tanto, avaliou uma parte dos registros contábeis (amostra) e, a partir das análises realizadas, emitiu uma opinião sobre as demonstrações contábeis em seu conjunto.

Nessa hipótese, assinale a opção que indica corretamente o tipo de trabalho realizado pelo auditor:

- (A) De Inspeção.
- (B) De Relatório direto.
- (C) De certificação.
- (D) Auditoria Operacional.
- (E) Circularização.

64

Ao realizar o planejamento de uma auditoria de conformidade, um auditor governamental elaborou a matriz de planejamento dos trabalhos.

Ao preencher os campos da referida matriz, o auditor inseriu as seguintes informações:

- I. Indicação dos procedimentos de auditoria a serem implementados na etapa seguinte.
- II. Descrição das informações e dados a serem coletados para responder à questão e ao objetivo da auditoria.
- III. Indicação das evidências e da situação encontrada na descrição dos achados de auditoria.

Neste sentido, assinale a opção que indica corretamente as informações que devem constar da Matriz de Planejamento:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

65

Durante um trabalho de controle externo, João, auditor governamental, realizou uma análise preliminar, com a finalidade de obter maiores esclarecimentos sobre o objeto de auditoria; em um outro trabalho, Maria, também auditora governamental, verificou o grau de cumprimento, pelo órgão auditado, das recomendações expedidas anteriormente pelo órgão fiscalizador.

As ações de João e Maria foram realizadas nas etapas da auditoria governamental denominadas, respectivamente:

- (A) Planejamento e monitoramento.
- (B) Programação e validação.
- (C) Planejamento e comunicação de resultados.
- (D) Execução e monitoramento.
- (E) Monitoramento e programação.

66

Uma equipe de auditores governamentais do município Beta foi selecionada para avaliar as medidas adotadas por este ente público concernentes à prevenção de fraudes e ao combate à corrupção.

Ao verificar os processos de trabalho e a estrutura organizacional do auditado, a equipe de auditoria verificou que:

- I. A Secretaria de Administração era responsável pela elaboração do orçamento municipal, pelas atividades fazendárias (arrecadação de tributos, pagamento de despesas etc.) e contábeis do município.
- II. O órgão central de controle interno do município mantinha estrutura formal e efetiva de avaliação do comportamento ético dos servidores.
- III. Os controles existentes permitiam a verificação de eventual grau de parentesco entre os agentes públicos de contratação e as empresas privadas contratadas pelo município.

Dentre as medidas adotadas pelo município, aquelas que contribuem efetivamente para a prevenção de fraudes e combate à corrupção estão indicadas corretamente no(s) item(ns):

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

67

O gestor de um fundo de previdência resolveu investir determinado valor a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano com a finalidade de resgatar um montante de \$ 200.000,00 ao final de dois anos de aplicação.

Considerando somente essas informações, é correto afirmar que o valor a ser investido deve ser de

- (A) \$(200.000/1,21)
- (B) \$(200.000x1,21)
- (C) \$(200.000/1,44)
- (D) \$(200.000x1,44)
- (E) \$(200.000/1,1)

68

Um hospital público realizou uma licitação para aquisição de equipamentos de última geração para realização de exames de imagens. Pela proposta vencedora, os equipamentos seriam fornecidos a um custo total de \$ 5.000.000,00 (cinco milhões), a ser pago em 3 prestações anuais e iguais e a uma taxa de juros de 10% a.a.

Nessas condições, qual deve ser o valor de cada prestação?

- (A) \$ 1.714.358,64
- (B) \$ 2.187.357,89
- (C) \$ 1.894.876,52
- (D) \$ 2.011.263,07
- (E) \$ 2.364.783,25

69

João avaliou a possibilidade de realizar um investimento a uma taxa de juros nominal de 90% a.a., com capitalização bimestral. No entanto, ficou em dúvidas quanto ao valor da taxa de juros efetiva dessa operação, solicitando auxílio ao seu irmão José, que é economista.

Ao realizar os cálculos pertinentes, José respondeu corretamente que, nesta hipótese, a taxa de juros bimestral efetiva será de

- (A) 7,5%
- (B) 10%
- (C) 15 %
- (D) 30%
- (E) 12%

70

O gestor do fundo de previdência do município Alfa aplicou \$ 5.000,00 (cinco mil) em um fundo de investimentos por um período de um ano a uma taxa de juros de 8% a.a.

Sabendo que a inflação do período foi de 3%, qual foi o ganho real (ou rendimento real) da aplicação?

- (A) \$ 400
- (B) \$ 150
- (C) \$ 250
- (D) \$ 350
- (E) \$ 50

Prova discursiva

1

Os Estados soberanos podem adotar sistemas de controle externo que se diferem, mas que podem apresentar pontos em comum. Por outro lado, os sistemas de controle interno governamentais não se confundem com aqueles sistemas de controle externo.

Nesse sentido, responda justificadamente:

- a) Quais são os tipos (ou modelos) de sistemas de controle externo que podem ser adotados pelos Estados? Quais são as semelhanças e diferenças entre estes modelos de sistemas de controle externo? Qual destes modelos de sistemas de controle externo é adotado no Brasil?
- b) Os sistemas de controle interno possuem previsão na CRFB/88? Se sim, quais funções lhes são reservadas pelo texto constitucional?
- c) Indique e conceitue ao menos dois princípios específicos e orientadores da atividade de controle interno.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

2

O programa de auditorias do órgão de controle interno do município Alfa previa a realização de um trabalho de avaliação tendo por objeto um programa de governo. A finalidade era avaliar a eficiência e a eficácia do referido programa.

Considerando os fatos narrados, responda justificadamente:

- a) Quais são as modalidades de auditoria governamental? No caso narrado, qual modalidade de auditoria foi planejada pelo órgão de controle interno?**
- b) Quais são as etapas da auditoria governamental?**
- c) O que são procedimentos e evidências em auditorias?**
- d) No que consistem os achados de auditoria? Que elementos ou informações devem ser veiculadas nos achados de auditoria?**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

